

ANÁLISE DA CONTA GERAL DO ESTADO - 2021

Índice

1. Introdução.....	5
2. Metodologia.....	7
3. Análise da Execução Orçamental – 2021	8
3.1 Realização das Receitas do Estado – 2021.....	10
3.2 Realização da Despesas do Estado em 2021	14
3.3 Execução das Operações Financeiras.....	15
3.4 Dívida Pública	16
4. Análise do Sector de saúde e Água e Saneamento na CGE de 2021.....	17
4.1 Análise do Sector de Saúde na CGE de 2021	18
4.1.1 Execução Orçamental do Sector da Saúde em 2021.....	18
4.1.2 Execução orçamental do Sector de Saúde por província (2019-2021).....	21
4.1.3 Evolução qualitativa dos indicadores do sector de saúde e das infra-estruturas no PQG (2020-2024)	24
4.2 Análise do Sector de Água e Saneamento na CGE de 2021	26
4.2.1 Execução Orçamental do Sector de Água e Saneamento em 2021	26
4.2.2 Execução orçamental do Sector de Água e Saneamento por província (2019-2021)	30
4.2.3 Evolução qualitativa das infra-estruturas e indicadores do sector de água e saneamento no PQG (2020-2024)	32
5. Análise da componente de género nos sectores de saúde, água e saneamento no período de 2019 a 2021.....	34
6. Conclusão e Recomendações.....	34

Sumário Executivo

A Conta Geral do Estado de 2021 (CGE-2021) é o documento do Governo que tem por objectivo evidenciar a execução orçamental e financeira, bem como apresentar o resultado do exercício económico e a avaliação do desempenho dos Órgãos e Instituições do Estado para o mesmo ano.

É neste contexto que a sociedade civil, em particular o Fórum de Monitoria e Orçamento (FMO), representado pelo Centro de Integridade Pública (CIP) através do projecto **FMO Mais - Elevando o valor do dinheiro ao serviço do cidadão – Monitoria da Gestão de Finanças Públicas**, faz a análise da CGE 2021 com ênfase nos sectores de Saúde e Água e Saneamento.

A execução orçamental do Estado para o ano de 2021 ocorreu num contexto marcado por : *i)* Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB em 2.16%, representando 0.06 pontos percentuais (pp) acima do planeado; *ii)* aumento da taxa de inflação média em 0.69pp acima do planeado, situando-se em 5.69%; *iii)* Baixo desempenho das reservas internacionais líquidas, que se fixaram em 5 meses de cobertura de importações, excluindo as importações de bens e serviços dos grandes projectos, contra os 6.8 meses planeados; e *iv)* Taxa de câmbio que se fixou em 63.72 MT/USD, o corresponde a apreciação do metical em 10.78 MT, relativamente a 2020.

As receitas do Estado, em 2021, situaram-se em 23,9% do PIB, atingindo um total de 265.935,6 milhões de meticais, das quais 98,6% são referentes às receitas correntes e 1,4% às receitas de capital. As cifras mostram que relativamente ao ano anterior o peso das receitas correntes na receita total registou o aumento de cerca de 1pp em 2021 e as receitas de capital reduziram na mesma proporção. Um dos aspectos que merece atenção na CGE 2021 é o facto de o nível de realização da receita do Estado de 2020, apresentado na CGE-2021, não corresponder à realidade. Ao invés dos 95,6% apresentados, deveriam ser 109,8%, pelo que se recomenda a sua correcção.

Por sua vez, a Despesa Pública atingiu o montante de 362.293,2 milhões de MT, correspondente a 94,9% do previsto para o ano e representando um crescimento de 2,3%, em relação a igual período do ano anterior. Estes dados contrariam o decréscimo mencionado na CGE-2021 (-1,1%), o que remete mais uma vez à necessidade de rever algumas cifras apresentadas na CGE de 2021.¹ A CGE-2021 mostra que o nível provincial foi o mais negligenciado em termos de investimento externo, apresentando um nível de realização de apenas 39,4%.

¹ Vide os cálculos: $362.293,2 (2021) - 354.113,9 (2020) = 8.179,3$ (equivalente a 2,3% do valor de 2020)

Pese embora a despesa de funcionamento tenha registado o nível de realização de 100% do previsto, a mesma cresceu em 26,2% e 8,9%, face a 2019 e 2020, respectivamente, contrariando as acções estabelecidas no PQG 2020 de racionalização da despesa.

No que diz respeito às operações financeiras activas, a execução situou-se em 91,2%, tendo regredido em quase metade (45,6%) em relação a 2020.

O *stock* da Dívida Pública, em 2021, reduziu em 5,8%, relativamente a 2020. Assistiu-se, em 2021, ao aumento do *stock* da dívida interna em 15,5% como resultado, entre outros, do aumento da emissão dos Bilhetes do Tesouro, de 87.598,4 milhões de MT para 103.670 milhões de MT, com impacto negativo na disponibilização de recursos para o sector privado.

O OE de 2021 previa um crescimento do sector da saúde em 5%. Entretanto, o crescimento foi de 7,27% (INE, 2022), representado um desempenho positivo em relação à previsão em 2,27pp.

Segundo a CGE de 2021, os resultados de execução dos fundos da COVID-19 estão refletidos nos relatórios de execução e na CGE, na medida em que os mesmos constam nas linhas orçamentais de cada sector em que foram alocados estes recursos para realizar actividades específicas, no âmbito de mitigação dos efeitos desta pandemia. Neste sentido, foram alocados para o sector da saúde, 379,91 milhões de MT, para o combate a covid-19, que estão reflectidos no orçamento de investimento. Deste valor, foram executados 45,65 milhões de MT, o que representa 12% do previsto.

A compilação dos valores do sector, através dos mapas do Volume 2 da CGE de 2021, mostra que para o sector da saúde foi atribuído, em 2021, o orçamento de 36.482 milhões de MT e a execução foi de 32.745,70 milhões de MT, o que demonstra um nível de execução de 90%. No entanto, estes valores diferem dos constantes em outras tabelas da CGE. Neste sentido, surge a dúvida sobre os reais valores alocados ao sector da saúde, em 2021, e os respectivos níveis de execução.

De 2019 para 2021, o orçamento do sector da saúde registou um crescimento de 32%, passando de 27.742 milhões de MT para 36.482 milhões de MT. Entre 2019 e 2020, o aumento orçamental foi de cerca de 25%. Os aumentos orçamentais do sector da saúde derivam, em grande medida, do aumento da necessidade de alocação de fundos para fazer face à pandemia da Covid-19, cujos efeitos começaram a fazer-se sentir a partir de 2020. Em termos de nível de execução, de 2019 para 2021 houve um aumento em 35% e de 2019 para 2020, em 32%.

Entre os anos de 2019 a 2021, cerca de 49% do orçamento do sector da saúde foi alocado a nível central e os restantes 51% alocados a nível provincial (incluído os distritos). De forma geral, os dados mostram que, em média, nos três anos analisados, em termos de distribuição por província, a província de Nampula absorveu a maior percentagem, 8% do total do orçamento para o sector da saúde, seguida pela província da Zambézia com 7% e Sofala e com 6%. A lógica da alocação dos recursos por província mostra que é feita considerando a população por cada província e ignora, por exemplo, o nível de infraestruturas existentes em cada província, que poderia ser um ponderador importantíssimo para a definição dos orçamentos a alocar.

Relativamente ao cumprimento do PQG (2020-2024), todas as metas definidas para o sector da saúde mostram alguma preocupação, considerando que faltam 2 anos para o término do actual mandato. Ora, nos últimos anos houve uma tendência de desvios dos planos e orçamentos para o cumprimento de agendas políticas que garantam a reeleição.

No que tange ao sector de água e saneamento, em termos gerais, não existe uma indicação detalhada ou específica, na CGE 2021, que possibilite aferir o orçamento global deste. No entanto, é possível, ao longo do documento, encontrar algumas informações, de forma dispersa, relativas ao desempenho do sector, que muitas vezes diferem.

Se consideramos os dados do Volume II da CGE 2021, onde são apresentados os valores detalhados das instituições em que são executados os orçamentos do sector de água e saneamento, podemos observar que 4% constitui orçamento de funcionamento, 14% de investimento interno e 72% investimento externo. O desvio da execução total, em 2021, foi de 17%.

De 2019 para 2021, o orçamento alocado para o sector de água e saneamento reduziu em 42%, tendo passado de 17.569 milhões de MT para 10.129 milhões de MT. De 2019 para 2020, reduziu em 39%. Estas reduções são produto da redução do investimento externo neste sector, que representa o maior peso do orçamento. Em termos de execução, de 2019 para 2020 reduziu em 26% e de 2019 para 2021 em 37%.

Considerando os dados do Volume II da CGE de 2021 pode-se observar que, em termos médios, entre 2019 e 2021, cerca de 96% do orçamento do sector de água e saneamento foi alocado a nível central e apenas 4% a nível provincial. Do orçamento alocado a nível provincial, Nampula absorve

o maior orçamento com 24%, seguido das províncias da Zambézia e Sofala com 14%. A província de Maputo absorve o menor orçamento do sector, com 4% do total.

Verifica-se neste sector, tal como no sector da saúde, preocupação em relação ao nível de cumprimento do PQG. Segundo o que se pode observar, 72% das acções a serem executadas no presente quinquénio mostram algum atraso, isto é, em média, a realização anual deveria ser de 20% dentro dos 5 anos do PQG. No entanto, os dados da realização mostram que algumas actividades ainda nem iniciaram o que irá criar pressões orçamentais, no futuro, para o cumprimento do plano.

Neste sentido, de forma geral recomenda-se ao Governo e ao Ministério da Economia e Finanças, em Particular:

- i.* A correcção dos níveis de realização da receita do Estado de 2020, apresentado na CGE-2021, que não correspondem à realidade. Ao invés dos 95,6% apresentados, deveriam ser 109,8%;
- ii.* Maior cautela na contração da dívida interna através de Bilhetes do Tesouro cujo impacto afecta negativamente a disponibilização de recursos para o sector privado;
- iii.* A apresentação na CGE de informação sobre a sustentabilidade da dívida e não se limitar a apresentar as suas cifras em percentagem do PIB;
- iv.* Maior atenção aos orçamentos atribuídos a nível provincial, uma vez que a CGE tem mostrado que as províncias têm sido negligenciadas em termos de investimento, tanto na alocação como na execução;
- v.* Necessidade de apresentação de orçamentos separados para o sector de água e saneamento;
- vi.* Melhoria no alinhamento dos documentos orçamentais para permitir a sua monitoria, em obediência ao estabelecido na lei da elaboração do CGE (clareza, exatidão e simplicidade);
- vii.* Atenção aos indicadores do PQG que mostram atrasos e probabilidades fortes de incumprimento da maioria das actividades; e
- viii.* Necessidade de apresentação dos aspectos de género com algum detalhe nos documentos orçamentais para permitir a sua análise e monitoria.

1. Introdução

A Conta Geral do Estado de 2021 (CGE-2021) é o documento do Governo que tem por objectivo evidenciar a execução orçamental e financeira, bem como apresentar o resultado do exercício económico e a avaliação do desempenho dos Órgãos e Instituições do Estado para o mesmo ano. A presente conta foi elaborada nos termos do disposto no número 2 do artigo 51 da Lei nº 14/2020, de 23 de Dezembro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE).

O Orçamento de Estado (OE) de 2021 visava assegurar a continuidade da materialização do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024, no segundo ano e a meio da implementação das acções do Governo, tendo como objectivo central a adopção de uma economia mais diversificada e competitiva, intensificando os sectores produtivos com potencial para elevar a geração de renda e a criação de mais oportunidades de emprego, sobretudo para os jovens.

A CGE-2021 reflecte, entre outros aspectos, a operacionalização do OE para 2021, cuja execução obedece aos princípios e procedimentos estabelecidos na Lei n.º 14/2020, de 23 de Dezembro e ao Regulamento do SISTAFE, à luz dos quais deve ser analisado e fiscalizado o desempenho financeiro do Governo.

É neste contexto que a sociedade civil, em particular o Fórum de Monitoria e Orçamento (FMO), representado pelo Centro de Integridade Pública (CIP) através do projecto **FMO Mais² - Elevando o valor do dinheiro ao serviço do cidadão – Monitoria da Gestão de Finanças Públicas**, faz a análise da CGE 2021 com ênfase nos sectores de Saúde e Água e Saneamento.

Importa mencionar que a execução financeira do Estado para 2021 deu-se num contexto caracterizado, por um lado, por transformações económicas e sociais impostas por um novo "Normal", provocado pela pandemia da COVID-19, que resultou na maior recessão global, resultante da paralisação da actividade económica em grande parte das economias mundiais.

Por outro lado, a economia moçambicana tem registado uma desaceleração, resultante da tensão política no Centro e Norte do País que origina a redução dos fluxos do Investimento Directo

² é um projecto financiado pela União Europeia, no âmbito do Support Program to Non State Actors in Mozambique – Participation for Inclusive Growth [Programa de Apoio a Actores Não-Estatais em Moçambique (PAANE) II, e envolve cinco organizações, a N'weti - Comunicação para Saúde, o Centro de Integridade Pública (CIP), o Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), o Observatório do Meio Rural (OMR) e Grupo Moçambicano da Dívida (GMD).

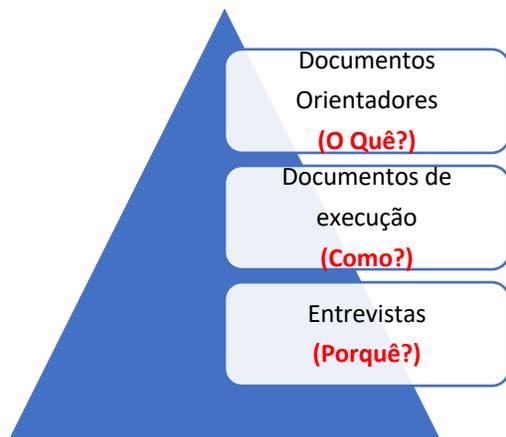
Estrangeiro (IDE), do volume de importações e exportações com consequências negativas em todos os sectores sócio económicos, obrigando o Governo a adoptar medidas de mitigação para assegurar a resposta pontual a estas adversidades.

A ocorrência de chuvas e ventos fortes, descargas atmosféricas, inundações na zona Sul e do Ciclone Chalane, que se registou em Dezembro de 2020 afectando as Províncias de Sofala, Zambézia e Manica, resultaram na destruição de infraestruturas sócio-económicas, residências e diversas unidades agrárias.

Sendo assim, os aspectos retromencionados serão fulcrais na análise da execução orçamental e financeira do Estado para 2021.

2. Metodologia

A análise da CGE-2021 tem como metodologia uma abordagem qualitativa e quantitativa, com a seguinte lógica:



Pesquisa Documental

A técnica de recolha de dados engloba a pesquisa documental, consistindo na consulta dos principais instrumentos de gestão económica e social, a nível nacional, nos níveis de governação (central, provincial e distrital) referentes aos exercícios económicos de 2019 a 2021.

Os principais documentos incluem, entre outros: a CGE de 2019 a 2021, o PQG (2020-2024) e BdPES de 2019 a 2021.

Pesquisa Bibliográfica

Recorreu-se a pesquisa bibliográfica para a busca de elementos comparativos, a partir das experiências de anos anteriores e estudos existentes sobre o assunto, tendo em vista o enriquecimento da análise e das recomendações.

Análise e Interpretação de Dados

Os dados numéricos recolhidos são analisados e interpretados com recurso a análises estatísticas descritivas a partir do pacote estatístico Excel. Faz-se uso de gráficos, tabelas estatísticas e de outros tipos de ilustração para diferentes indicadores apresentados na análise. A análise da execução orçamental é feita tanto na perspectiva nominal assim como na perspectiva real ajustada à inflação.

No que concerne a análise sectorial, foi dada prioridade à análise comparativa do executado em 2021 e as metas estabelecidas para os respectivos sectores nos anos de 2019 e 2020. Assim, avalia-se o peso do orçamento direccionado a diferentes programas e prioridades dos sectores e as diferenças em termos de execução planeada e realizada para o respectivo ano.

A análise da coerência dos gastos orçamentais é desenvolvida tendo em conta as necessidades do sector em função das actividades planificadas. Adicionalmente, analisou-se os efeitos da COVID-19 e como estes impactaram na execução orçamental em 2021, bem como foram identificadas as formas pelas quais as questões de equidade de género são acomodadas nos sectores em destaque.

De uma forma geral, a CGE deve observar os princípios e as regras consagrados no artigo 49 da Lei n.º 14/2020, de 23 de Dezembro, designadamente: a clareza, a exactidão e a simplicidade, de modo a possibilitar a sua análise económica e financeira com base em princípios e regras de contabilidade em vigor, aplicáveis à administração pública. São igualmente considerados estes aspectos na presente análise.

3. Análise da Execução Orçamental – 2021

A execução orçamental do Estado para o ano de 2021 teve lugar num ambiente marcado por:

- i) **Recuperação económica** - O Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento em 2.16% representado, 0.06 pontos percentuais (pp) acima do planeado. Esta cifra corresponde a um aumento de 3.39 pp, se comparado com o crescimento de 2020 (cuja taxa de crescimento foi negativa em 1.23%). A taxa de crescimento do PIB, em 2021, esteve 1.94pp abaixo do previsto no Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) 2020 - 2022³ e ligeiramente acima do previsto no Plano Económico e Social (PES) 2021, em 0.06%.
- ii) **Subida ligeira de preços** – a taxa de inflação média foi de 5.69%, representando 0.69pp acima do planeado. A subida de preços registada em 2021 foi reflexo do impacto dos choques climáticos que afectaram o país no início de 2021, do ajustamento do preço dos combustíveis líquidos em face da subida do preço do brent e do aumento

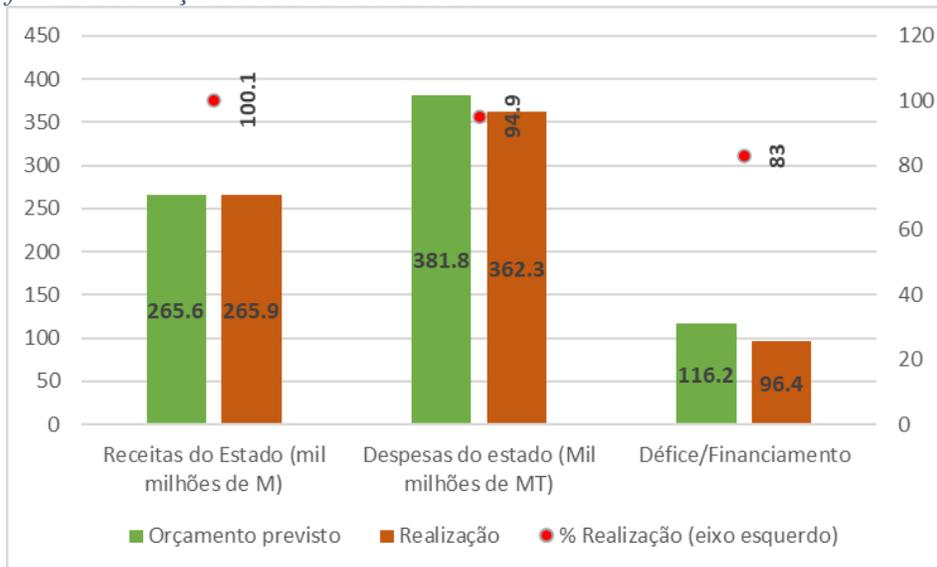
³ Cenário conservador da projecção do crescimento do PIB.

dos preços dos produtos alimentares no mercado internacional, bem assim da subida do custo de frete de mercadorias importadas.

- iii) **Baixo desempenho das Reservas Internacionais Líquidas (RILs)** - as RILs fixaram-se em 5 meses de cobertura de importação, excluindo as importações de bens e serviços dos grandes projectos, um desempenho abaixo dos 6.8 meses planeados;
- iv) **Apreciação do Metical** - a taxa de câmbio fixou-se em 63.72 MT/USD, o que corresponde uma apreciação do metical em 10.78 MT relativamente a 2020, o que se reflecte no crescimento das exportações em 55% em relação a 2020 e um grau de realização de 148% em relação ao planeado, contra um aumento das importações em 33% em relação a 2020 e um grau de realização de 114.9% em relação ao planeado;

Apesar do ambiente de elevada incerteza e limitação de recursos, devido a fraca demanda ao nível nacional e internacional, como consequência dos efeitos da pandemia da COVID-19, as finanças públicas, de uma forma geral, registam um desempenho positivo caracterizado pela realização das receitas do Estado em 100,1%, das despesas do Estado em 94,9% e 83% na realização do défice/financiamento. (ver gráfico abaixo)

Gráfico 1: Execução Global do OE-2021



Fonte: CGE 2021

Em 2021, o nível de execução global das principais variáveis esteve acima dos 90%. Conforme se pode ver no gráfico 1 acima, as receitas do Estado situaram-se em 0,1pp acima do previsto,

atingindo 265,9 mil milhões de meticais, contra os 265,6 milhões de meticais previstos. Este cenário ocorre num ambiente marcado por instabilidade militar na região centro, os ataques terroristas em Cabo Delgado – que fizeram com que o consórcio liderado pela petrolífera francesa TotalEnergies paralisasse o projecto de exploração de gás natural na área 1 da Bacia do Rovuma - e da crise económica causada pela pandemia da COVID-19.

A nível das despesas, a execução global foi de 94,9%, situando-se em 362,3 mil milhões de meticais dos 381,8 mil milhões previstos.

No que se refere ao défice, a CGE 2021 reporta o montante de 96,4 mil milhões de meticais em execução o que representa uma melhoria de 17%, face ao estimado (116,2 mil milhões de meticais). Esse resultado indica que o nível de défice, em 2021, está em consonância com a meta prevista (16.6) no Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), concorrendo assim para redução do crescimento da dívida pública.

Em 2021, o défice situou-se em aproximadamente 8,7% do PIB, o correspondente a um aumento de 0,4 pp relativamente a igual período do ano anterior.

3.1 Realização das Receitas do Estado – 2021

A CGE-2021 mostra que as Receitas do Estado em 2021 situaram-se em 23,9% do PIB, atingindo 265.935,6 milhões de meticais, das quais 98,6% são referentes às receitas correntes e 1,4% às receitas de capital. As cifras mostram que relativamente ao ano anterior o peso das receitas correntes na receita total registou o aumento de cerca de 1pp em 2021 e as receitas de capital reduziram na mesma proporção, conforme mostra a Tabela 1, abaixo.

Tabela 1: Realização das Receitas do Estado - 2021

Tabela 8 - Receitas do Estado

Classificação Económica	(Em Milhões de Meticais)				Ano de 2021				Variação	
	Ano de 2020				Ano de 2021				2020/2021	
	Lei nº 11/2020	Cobrança	% Realiz	% PIB	Lei nº 19/2020	Cobrança	Peso	% Realiz	% PIB	%
RECEITAS CORRENTES	204,111.9	229,636.6	112.5	23.6	252,774.4	262,278.6	98.6	103.8	23.5	14.2
Tributárias	195,659.4	212,869.5	108.8	21.8	241,617.6	240,771.8	90.5	99.6	21.6	13.1
Impostos Nacionais	178,537.1	202,996.5	113.7	20.8	224,633.1	228,298.7	85.8	101.6	20.5	12.5
Impostos s/ o Rendimento	84,907.6	99,352.7	117.0	10.2	105,050.5	99,932.5	37.6	95.1	9.0	0.6
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas	48,661.5	58,214.0	119.6	6.0	62,682.2	59,261.7	21.9	94.5	5.3	1.8
Mais-Valias										
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Singulares	35,824.0	40,922.5	114.2	4.2	41,497.9	40,477.0	15.4	97.5	3.6	-1.1
Imposto Especial sobre o Jogo	422.1	216.2	51.2	0.0	870.4	193.9	0.1	22.3	0.0	-10.3
Impostos s/ Bens e Serviços	80,673.2	87,298.9	108.2	9.0	100,827.2	109,328.3	32.8	108.4	9.8	25.2
Imposto s/ o Valor Acrescentado 1/	56,786.2	62,565.4	110.2	6.4	68,887.2	81,140.4	23.5	117.8	7.3	29.7
IVA - Nas Operações Internas	23,951.9	33,827.9	141.2	3.5	31,447.4	48,199.1	12.7	153.3	4.3	42.5
IVA - Nas Importações	32,834.3	38,592.3	117.5	4.0	37,436.7	44,031.4	14.5	117.6	4.0	14.1
IVA - Reembolsado		-9,854.9				-11,090.0				12.5
Imp. s/ Comércio Externo	13,374.0	15,130.2	113.1	1.6	20,276.8	17,963.7	5.7	88.6	1.6	18.7
Imp. s/ Consumo Esp. Produção Nacional	4,936.6	5,154.2	104.4	0.5	5,683.0	5,655.0	1.9	99.5	0.5	9.7
Imp. s /Consumo Esp. Produtos Importados	5,576.4	4,449.1	79.8	0.5	5,980.1	4,569.1	1.7	76.4	0.4	2.7
Outros Impostos Nacionais 2/	12,956.3	16,345.0	126.2	1.7	18,755.4	19,037.9	6.1	101.5	1.7	16.5
Imposto Especifico S/ Actividade Mineira	3,409.9	1,511.8	44.3	0.2	4,050.8	2,612.4	0.6	64.5	0.2	72.8
Imposto Especifico S/ Actividade Petrolifera	399.7	338.3	84.6	0.0	389.2	484.4	0.1	124.5	0.0	43.2
Taxas Sobre os Combustiveis	6,427.0	6,518.7	101.4	0.7	11,465.7	6,569.5	2.5	57.3	0.6	0.8
Outros Impostos Nacionais	2,719.7	7,976.3	293.3	0.8	2,849.7	9,371.5	3.0	328.9	0.8	17.5
Taxas	17,122.2	9,873.0	57.7	1.0	16,984.5	12,473.1	3.7	73.4	1.1	26.3
Taxas Nacionais	17,122.2	9,873.0	57.7	1.0	16,984.5	12,473.1	3.7	73.4	1.1	26.3
Outras Receitas Correntes	8,452.5	16,767.2	198.4	1.7	11,156.9	21,506.8	6.3	192.8	1.9	28.3
Contribuições Sociais	889.3	643.0	72.3	0.1	646.8	943.0	0.2	145.8	0.1	46.6
Patrimoniais	214.9	5,273.9	2,453.7	0.5	217.7	6,739.0	2.0	3,096.0	0.6	27.8
Exploração de Bens de Domínio Público	1,737.0	5,146.8	296.3	0.5	2,231.2	6,872.6	1.9	308.0	0.6	33.5
Venda de Bens e Serviços	5,162.2	5,220.2	101.1	0.5	7,696.0	6,156.3	2.0	80.0	0.6	17.9
Outras	449.1	483.2	107.6	0.0	365.2	796.0	0.2	218.0	0.1	64.7
RECEITAS DE CAPITAL	10,029.9	5,576.6	55.6	0.6	12,821.6	3,657.0	2.1	28.5	0.3	-34.4
Alienação do Património do Estado	9,956.4	113.2	1.1	0.0	12,447.5	156.5	0.0	1.3	0.0	38.2
Amortização de Empréstimos Concedidos	73.5	0.0	0.0	0.0	374.1	0.0	0.0	0.0	0.0	
Outras Receitas de Capital	0.0	5,463.4		0.6	0.0	3,500.6	2.1		0.3	-35.9
RECEITAS TOTAIS	214,141.8	235,213.3	95.6	24.1	265,596.0	265,935.6	100.0	100.1	23.9	13.1
P/ Memórias PIB		974,649.3				1,113,867				14.3

Fonte: CGE - 2021

Tendo em conta as duas maiores categorias de Receitas do Estado, observa-se uma grande disparidade. Enquanto as receitas correntes ultrapassaram a meta em 3,8pp, situando-se em 262,3 mil milhões de MT, as receitas de capital não atingiram sequer a metade do previsto, situando-se em 28,5%, dos 12.821,6 milhões de meticais programados para 2021.

Importa aqui referir que dos 12.821,6 milhões de meticais esperados em receitas de capital para 2021, 97,1% seriam provenientes da alienação do património do Estado. Ora, no início de 2021, o Governo anunciou, através do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que iria fazer a reestruturação de quatro empresas públicas, o que implicaria a alienação de parte da Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE) e do total da participação do Estado na Sociedade de Gestão Imobiliária (Domus) e da Silos Terminal Graneleiro da Matola (STEMA), bem como a extinção dos Correios de Moçambique.

Apesar de o Governo ter aprovado, no dia 25 de Maio de 2021, o decreto que extingue a Empresa Pública Correios de Moçambique e ter determinado a saída total do IGEPE da DOMUS, SA, através da venda dos seus 80%, quase nada se sabe sobre o processo que resultaria em receitas de capital, sobretudo no que diz respeito ao património associado às empresas.

À semelhança dos anos anteriores, a categoria de Imposto sobre Rendimento contribuiu com a maior parte do total das receitas, representando 37,6% do total naquele ano. A referida categoria atingiu o nível de realização de 95,1% e 9% do PIB. Seguiu-se a categoria de Bens e Serviços que teve um peso de 32,8% e um nível de realização de 8,4 pp acima da meta prevista (100.827,2 milhões de meticais).

Relativamente ao ano anterior, as receitas do Estado registaram um menor nível de realização, de 109,3% em 2020 para 100,1% em 2021e, em termos de peso no PIB a cifra foi ligeiramente mais baixa em 2021, com 23,9%, enquanto em 2020 foi de 24,1% do PIB. Porém, apesar de um menor nível de realização e de peso no PIB, em termos de volume, a realização foi de 265.935,6 milhões de meticais em 2021 contra os 235.213,3 milhões de meticais em 2020.

Este facto reflete a dinâmica do sector produtivo em Moçambique que teve um desempenho mais fraco em 2021.

Das principais categorias de impostos destacam-se as receitas correntes patrimoniais como as que maior nível de realização registou em 2021. Dos 217,7 milhões de meticais previstos, estas receitas situaram-se em 6.739 milhões de meticais, o correspondente a 27,8% de aumento (em termos de volume) em relação a 2020.

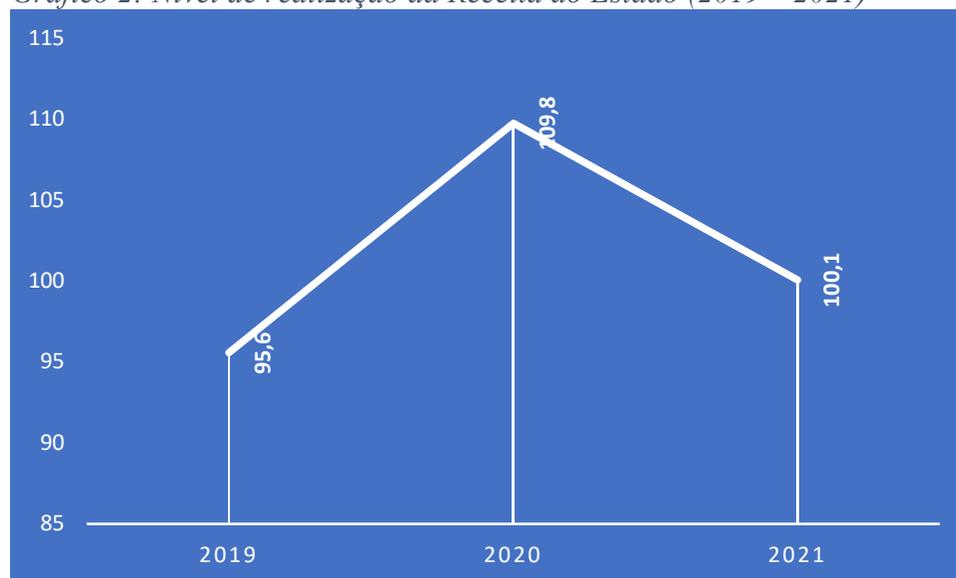
O menor nível de realização foi registado na rubrica de alienação do património do Estado, com 1,3% dos 12.447,5 milhões de meticais previstos para o ano em análise.

Importa igualmente destacar, pela positiva, o imposto específico sobre a actividade petrolífera com uma realização de 24,5%, o correspondente a um aumento de 39,9pp relativamente a 2020. Pela negativa, importa destacar a taxa sobre os combustíveis, com uma realização de apenas metade do programado, 57,3%, dos 11.465,7 milhões de meticais. Sobre este último, não está clara a razão

do baixo nível de realização pois a importação de combustíveis registou um crescimento significativo em relação a 2020, de 541,7 milhões de dólares para 919,3 milhões de dólares.⁴

De uma forma geral, relativamente aos dois anos anteriores, o nível de realização de receitas registou uma ligeira melhoria em relação a 2019, em 4,5pp, mas uma queda significativa de 9,7 pp, em relação ao ano imediatamente anterior (2020), conforme mostra o gráfico 2, abaixo. Isto significa que as previsões de arrecadação de receitas melhoraram em relação ao ano de 2019, mas regrediram em relação a 2020.

Gráfico 2: Nível de realização da Receita do Estado (2019 – 2021)



Fonte: CGE (2019 – 2021)

Um dos aspectos que merece atenção é o facto de o nível de realização da receita do Estado de 2020, apresentado na CGE-2021, não corresponder à realidade. Ao invés dos 95,6% apresentados, deveria ser de 109,8%, pelo que se recomenda a sua correcção.

⁴ Banco de Moçambique, 2022

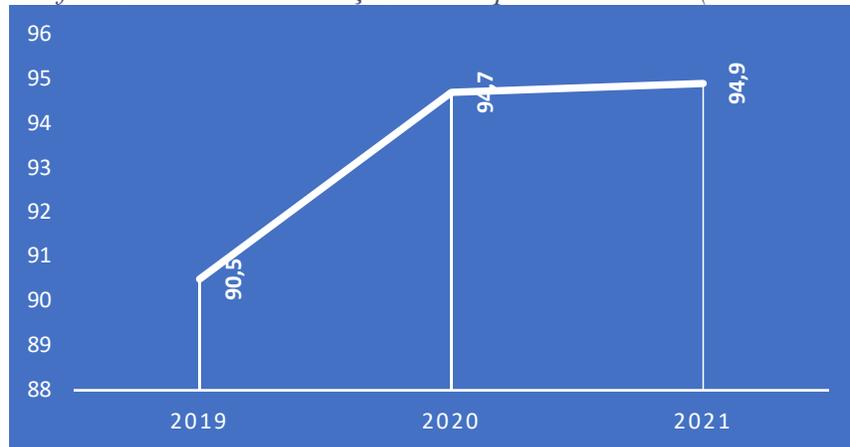
3.2 Realização da Despesas do Estado em 2021

O Programa Quinquenal do Governo (PQG 2020-2024), do qual o exercício económico 2021 é parte, estabelece, como uma das acções para materialização do plano estratégico nas finanças públicas, a consolidação fiscal assente na racionalização da Despesa Pública.

Em termos de execução orçamental para 2021, a CGE mostra que a Despesa Pública atingiu o montante de 362.293,2 milhões de MT, correspondentes a 94,9% do previsto para este ano e representando um crescimento de 2,3%, em relação ao igual período do ano anterior, contrariamente ao decréscimo mencionado da CGE-2021 (-1,1%). Isto indica que os valores apresentados na CGE-2021 não estão correctos. Mais uma vez ressalta-se a necessidade de rever algumas cifras apresentadas na CGE de 2021.

Em relação aos anos anteriores, 2019 e 2020, o nível de execução da despesa registou o crescimento médio de 93,4%, tendo atingido, em 2021, o nível mais alto de 94,9%, depois de ter-se registado em 90,5% e 94,7% nos dois anos transatos. Ou seja, os recursos planificados para serem usados em despesa do Estado foram usados quase na totalidade. Vide gráfico 3, abaixo.

Gráfico 3: Nível de realização da Despesa do Estado (2019 – 2021)



Fonte: Conta Geral do Estado (2019 – 2021)

O nível de realização das Despesas Totais inferior a 100% justifica-se pelo baixo nível da realização das despesas de investimento externo, em apenas 64%, situando-se em 33.929,3 milhões de MT, o correspondente a uma queda de 1,7% face ao executado em 2020, e contrariando o crescimento registado entre 2019 e 2020, as despesas de funcionamento e a componente interna da despesa de investimento apresentaram a realização em 100% do previsto, em 2021. Pode-se

assim concluir que as despesas financiadas por investimento externo tiveram um baixo nível de execução o que contribuiu para um fraco desempenho das despesas totais.

A CGE-2021 mostra que o nível provincial foi o mais negligenciado em termos de investimento externo, apresentando um nível de realização de apenas 44,1%. Estavam programados 18.621,3 milhões de MT para este ano. As despesas de investimento externo geralmente financiam despesas correntes (salários, remunerações e bens e serviços) e de capital (bens de capital e maquinárias).

A despesa de funcionamento, apesar de ter sido realizada dentro dos níveis previstos para 2021, representou um crescimento de 26,2% e 8,9%, face aos anos de 2019 e 2020 respectivamente, contrariando as acções de racionalização da despesa estabelecidas no PQG.

Nesta categoria, o maior destaque vai para a despesa de nível central, que absorveu mais de metade do total das despesas de funcionamento e cresceu em 8% face ao ano anterior, e para despesas com o pessoal que estruturalmente têm absorvido mais de metade das despesas de funcionamento. Em 2021 este aspecto não fugiu a regra, absorvendo 56,3% deste, 2pp acima em relação a 2020.

Sendo assim, pode-se concluir que a racionalização das despesas teve efeito apenas do lado das Despesas de Investimento Externo, principalmente a nível provincial, o que indica baixo compromisso do Governo em realizar cortes nas despesas não produtivas.

3.3 Execução das Operações Financeiras

As Operações financeiras tiveram um nível de realização muito próximo da meta, situando-se em 99,3% da meta prevista para 2021. O valor atingiu 46.629,1 milhões de MT, o correspondente a uma queda 4,6% relativamente a 2020.

O grau de execução das Operações Financeiras em 99% reflecte o desempenho das operações passivas, que têm a ver com empréstimos externos e internos, que atingiram a meta prevista de 43.048,7 milhões de MT, por influência, sobretudo, da amortização da dívida interna que registou o crescimento de 28,0%, enquanto em relação a dívida externa caiu em 20% face a 2020.

No que diz respeito as operações financeiras activas, a execução apresenta-se com o nível de realização de 91,2%, tendo regredido em quase metade (45,6%) em relação a 2020.

3.4 Dívida Pública

O *stock* da Dívida Pública em 2021 reduziu em 5,8%, relativamente a 2020, o que significa que houve menor contratação da Dívida Pública. A tabela abaixo mostra que o *stock* da dívida externa decresceu (-11,5% face a 2020), tanto em termos nominais (de 749.103 milhões de MT para 663.298 milhões de MT de 2020 para 2021), como em percentagem do PIB (de 76,9% em 2020 para 59,6 em 2021) para próximo dos níveis registados em 2019.

Este desempenho é atribuído ao baixo nível de desembolso por parte dos parceiros financeiros do Estado e da redução das novas contratações de empréstimos externos. Com a redução de novas contratações de empréstimos e a reduzida entrega de recursos, ou seja, desembolso por parte dos parceiros, reduz automaticamente o volume total da dívida para o país. No entanto, a CGE-2021 não quantifica as variáveis, o que pode leva a crer que não tenha exercido influência significativa sobre a redução total do *stock* da Dívida Pública.

O documento menciona igualmente que em larga medida a redução do *stock* da Dívida Pública é atribuída a reconciliação de *stocks* com os credores externos no quadro do trabalho em curso de limpeza e migração de base de dados da dívida do CS-DRMS para o Meridiam (um novo módulo de gestão da dívida).

Porém, assistiu-se em 2021 ao aumento do *stock* da dívida interna em 15,5%, como resultado, entre outros, do aumento dos Bilhetes do Tesouro, de 87.598,4 milhões de MT para 103.670 milhões de MT, com impacto negativo na disponibilização de recursos para o sector privado.

Embora a taxa de redução da dívida externa tenha sido inferior (-11,5%) relativamente ao aumento da dívida interna (15,5%), o volume da dívida externa é mais elevado, o que contribuiu para que, no cômputo geral, o *stock* da dívida reduzisse.

Tabela 2: Dívida Pública em 2021

Tabela 25 - Dívida Pública
(Em Milhões de Meticalis)

	Ano 2020		Ano 2021		Variação(%) 2020/21
	Stock	% do PIB	Stock	% do PIB	
Dívida Externa	749,103.0	76.86	663,298.0	59.55	-11.5
Dívida Interna	196,916.6	20.20	227,454.5	20.42	15.5
<i>Banco Central</i>	42,220.4	4.33	42,204.0	3.79	0.0
<i>Bilhetes do Tesouro</i>	44,219.8	4.54	57,886.4	5.20	30.9
<i>Obrigações do Tesouro</i>	87,598.4	8.99	103,670.0	9.31	18.3
<i>Outros</i>	22,878.0	2.35	23,694.1	2.13	3.6
Total	946,019.6	97.06	890,752.4	79.97	-5.8
P/ Memória: PIB	974,649.0		1,113,867.0		

Fonte: CGE 2020 e DNGDP

Fonte: CGE, 2021

A redução do *stock* da dívida pública terá impacto na retoma para os limiares de sustentabilidade. Porém, importa considerar que, a semelhança dos anos anterior, a informação sobre a sustentabilidade da dívida não consta da CGE-2021. O documento em análise limita-se a apresentar as cifras da dívida em percentagem do PIB. Sendo assim, recomenda-se a inclusão da referida informação.

4. Análise do Sector de Saúde e Água e Saneamento na CGE de 2021

O ano de 2021 foi caracterizado por incertezas devido à pandemia da COVID – 19, que causou uma crise mundial de saúde tendo obrigado os países a adoptarem várias medidas, dentre elas o uso de máscaras, o distanciamento social, higiene sanitária, limitação de realização de eventos e, de forma geral, o confinamento para conter a propagação do vírus. Estas medidas tiveram efeito na redução da circulação de pessoas e bens. O cumprimento destas medidas de prevenção exigiu do Governo maiores alocações orçamentais para os sectores de saúde e água e saneamento para garantir a contenção da pandemia. Neste âmbito, o orçamento do sector de saúde para 2021, comparativamente ao de 2020 foi acrescido em 9%.

Neste sentido, foi previsto um crescimento em 5% para o sector de saúde e acção social. Para o sector de água e saneamento não é possível aferir de forma isolada o valor do crescimento previsto uma vez que tanto no OE de 2021 como na CGE de 2021 e dos anos anteriores, os dados deste sector são globalizados aos dados do Sector de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos,

previsto. Importa salientar que a necessidade de apresentação de orçamentos separados para o sector de água e saneamento já foi referida pelo CIP na análise da CGE de 2020⁵.

4.1 Análise do Sector de Saúde na CGE de 2021

O OE de 2021 previa um crescimento do sector da saúde em 5%. Entretanto registou-se um crescimento de 7,27% (INE,2022), representado um desempenho positivo em relação à previsão, em 2,27pp. Este desempenho pode ser explicado pela aquisição de 26.747.129 doses de vacina e outros investimentos para conter a pandemia da COVID-19, no valor de 251,97 milhões de MT. No entanto, em relação a dotação orçamental para a COVID-19, no valor de 1.103,91 milhões de MT, a execução esteve abaixo, em cerca de 77%.

Importa salientar que, segundo a CGE de 2021, os resultados de execução dos fundos da COVID-19 estão refletidos nos relatórios de execução e na CGE, na medida em que os mesmos constam nas linhas orçamentais de cada sector a que foram alocados estes recursos para realizar actividades específicas no âmbito da mitigação dos efeitos desta pandemia. Neste sentido, foram alocados para o sector da saúde 379,91 milhões de MT para o combate à COVID-19, que está reflectido no orçamento de investimento. Deste valor foram executados 45,65 milhões de MT, o que representa 12% do previsto.

4.1.1 Execução Orçamental do Sector da Saúde em 2021

Segundo a Tabela 23, que apresenta as despesas dos compromissos sectoriais e restantes sectores para 2021 (CGE, volume 1, pág. 47), foi alocado um orçamento inicial de 37.415 milhões de MT que passou para 38.437 milhões de MT após as actualizações efectuadas pelo MEF. A execução final situou-se na ordem de 85,7%, em relação ao orçamento actualizado, e correspondendo a menos 5,1pp em relação ao nível de execução alcançado em 2020. Este nível de execução, se comparado com o ano de 2020, mostra um declínio no desempenho considerando ainda que a variação orçamental entre os dois anos foi de apenas 9%.

⁵ <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/Ana%CC%81lise-da-CGE2020-final-Revisto.pdf>

Tabela 3: Despesas dos Compromissos Sectoriais 2020-2021 (em milhões de MT)

Sector	Ano 2020				Ano 2021				Variação 2020/21 (%) a/			
	Orçamento		Realização		Orçamento		Realização			Taxa Realiz		
	Anual		Jan-Dez		Inicial		Jan-Dez					
	Valor	Valor	Peso	(%)	Valor	Peso	Valor	Peso				
Compromissos Sectoriais												
Educação	65,308.6	63,071.7	22.7	96.6	63,973.7	22.3	72,489.2	23.6	66,580.9	23.1	91.8	-79.5
Ensino Geral	6,868.5	6,141.0	2.2	89.4	9,656.2	3.4	10,243.9	3.3	5,708.5	2.0	55.7	-5.2
Serviços Distritais	48,294.3	47,694.1	17.2	98.8	45,792.9	16.0	54,155.5	17.6	53,393.8	18.5	98.6	6.4
Ensino Superior	10,145.8	9,236.6	3.3	91.0	8,524.7	3.0	8,089.7	2.6	7,478.6	2.6	92.4	-23.1
Saúde	35,260.9	32,005.3	11.5	90.8	37,415.0	13.0	38,437.0	12.5	32,952.3	11.4	85.7	-31.9
Sistema de Saúde	26,432.0	23,232.5	8.4	87.9	29,670.1	10.3	27,827.4	9.0	22,425.3	7.8	80.6	-6.1
Serviços Distritais	8,829.0	8,772.8	3.2	99.4	7,744.8	2.7	10,609.6	3.4	10,527.0	3.6	99.2	14.6
Agricultura e Des.Rural	18,355.5	14,242.8	5.1	77.6	26,751.2	9.3	16,978.9	5.5	14,551.6	5.0	85.7	-0.1
Total Dos Compromissos	118,925.0	109,319.8	39.3	91.9	128,139.9	44.7	127,905.1	41.6	114,084.8	39.5	89.2	-55.2

Fonte: CGE, 2021

No entanto, o mapa resumo da despesa, segundo a classificação funcional, em comparação com a dotação orçamental no âmbito central, provincial, distrital e autárquico⁶, que se pressupõe que também é uma das formas de apresentação do total da despesa por cada um dos sectores, mostra que a despesa do sector da saúde, em 2021, foi fixada em 34.266 milhões de MT com uma execução de 30.841,6 milhões de MT, correspondentes a 90% de realização.

Olhando para os valores do sector da saúde apresentados na tabela 3, acima, e comparando com os valores apresentados na tabela 4, abaixo, podemos verificar que a primeira apresenta valores acima dos da segunda, de cerca de 4.171 milhões de MT, em relação a dotação orçamental, e 2.110,7 milhões de MT, em relação ao valor executado. Quanto ao nível de execução, pode-se verificar que a execução apresenta um nível mais alto em cerca de 4,3pp.

⁶ Constante dos mapas resumo das despesas de funcionamento e Órgãos de Governação Descentralizada na Província (OGDP) sem indicação do número do mapa.

Tabela 4: Despesas dos Compromissos Sectoriais 2020-2021 (em milhões de MT)

Unidade: 10³ MT

CONTA GERAL DO ESTADO - 2021
Resumo da Despesa Segundo a Classificação Funcional, em Comparação com a Dotação Orçamental
Âmbito Central, Provincial, Distrital e Autárquico

PERÍODO: 01-01-2021 a 31-12-2021

Cód.	Função Descrição	Despesa de Funcionamento			Despesa de Investimento									Operações Financeiras			Despesa Total		
		Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Interno			Externo			Total			Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.
					Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.						
07	Saúde	24.109.739	24.109.739	100,0%	716.687	716.687	100,0%	9.440.487	6.015.234	63,7%	10.157.174	6.731.921	66,3%	0	0		34.266.913	30.841.669	90,0%
07131	APARELHO E EQUIPAMENTOS DE TERAPIA							33.872			33.872						33.872		
07141	MEDICAMENTOS APARELHOS E EQUIPAMENTO MEDICOS N.E.	6.001.420	6.001.420	100,0%				1.235.570	325.431	26,3%	1.235.570	325.431	26,3%				7.236.991	6.326.852	87,4%
07311	SERVICOS HOSPITALARES GERAIS	3.951.506	3.951.506	100,0%	5.142	5.142	100,0%	88.470	19.658	22,2%	93.612	24.800	26,5%				4.045.118	3.976.306	98,3%
07321	SERVICOS HOSPITALARES ESPECIALIZADOS	2.249.860	2.249.860	100,0%	74.255	74.255	100,0%	275.453	192.853	69,7%	349.708	227.108	64,9%				2.599.568	2.476.969	95,3%
07411	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA	4.526.576	4.526.576	100,0%	234.463	234.463	100,0%	3.319.078	2.205.802	66,5%	3.553.541	2.440.264	68,7%				8.080.117	6.966.841	86,2%
07511	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAUDE							382.758	42.176	11,0%	382.758	42.176	11,0%				382.758	42.176	11,0%
07611	SAUDE N.E.	7.380.376	7.380.376	100,0%	402.827	402.827	100,0%	4.105.286	3.269.313	79,6%	4.508.113	3.672.140	81,5%				11.888.489	11.052.516	93,0%

Fonte: CGE, 2021

A compilação dos valores do sector, através dos mapas do Volume 2 da CGE de 2021, mostrara que o valor da dotação orçamental actualizada é de 36.482 milhões de MT e a execução foi de 32.745,70 milhões de MT, o que demonstra um nível de execução de 90%. No entanto, estes valores diferem dos constantes, tanto na tabela 3 como na tabela 4. Neste sentido, surge a dúvida sobre os reais valores alocados ao sector da saúde em 2021 e os respectivos níveis de execução (ver tabela abaixo).

Tabela 5: Orçamento do sector da saúde segundo as diferentes fontes de informação na CGE de 2021 (valores em milhões de MT)

Fonte de dados	Orçamento	Realização	Nível
Tabela 23 (despesas dos compromissos sectoriais)	38.437,00	32.952,30	86%
Mapa resumo da despesa segundo a class. Funcional	34.266,00	30.841,60	90%
Dados do Volume II da CGE	36.482,44	32.745,70	90%

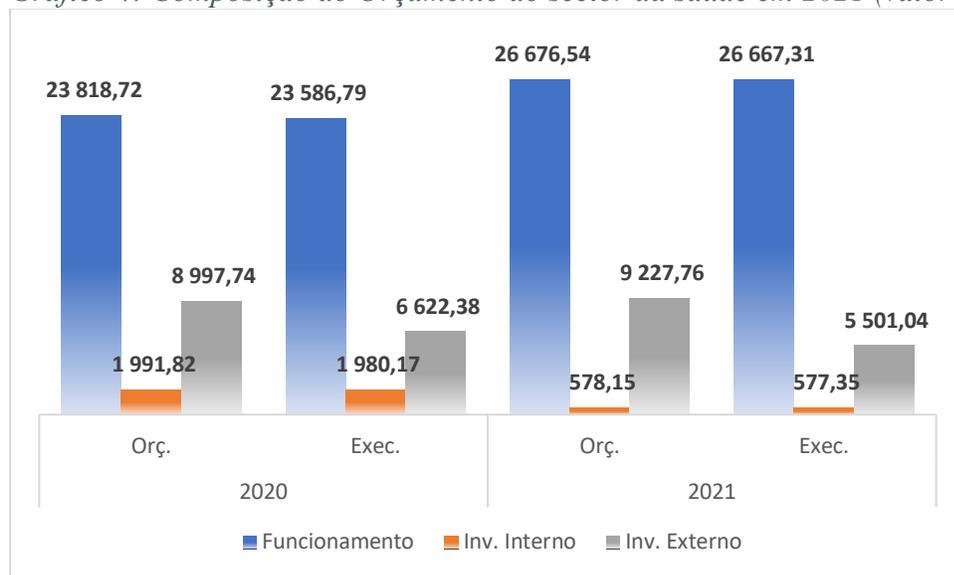
Fonte: CGE 2021

Considerando os dados compilados através dos mapas constantes no volume 2 da CGE de 2021, que apresentam os detalhes necessários para a presente análise, podemos verificar que, em 2021, o nível de execução do sector situou-se em 90%, correspondente a um desvio de 10pp em relação a meta prevista e, uma redução em 2,5pp comparativamente ao ano de 2020. Apesar do ideal ser uma execução de 100%, um nível de realização de 90% pode ser considerado satisfatório, visto que a execução da despesa depende em grande medida da realização da receita.

Em termo desagregado, pode-se observar que, 73% do orçamento do sector da saúde foi alocado à despesa de funcionamento, 2% para o investimento interno e 25% para o investimento externo. Em termos de execução, tanto a despesa de funcionamento como a despesa de investimento interna

apresentam 100% de nível de execução, o que é positivo. No entanto, a nível do investimento externo a execução situou-se em 60%, o que pode ser considerado um baixo nível de realização. (Ver gráfico abaixo).

Gráfico 4: Composição do Orçamento do sector da saúde em 2021 (valores em milhões de MT)



Fonte: CGE 2021

Comparativamente ao ano de 2020, em termos de alocação, verifica-se uma subida na priorização da despesa de funcionamento em cerca de 5pp e uma redução da despesa de investimento interno e externo em 4pp e 1pp, respectivamente. Esta tendência é contrária às necessidades de uma maior priorização em investimentos na área da saúde que podem criar as bases para o estabelecimento, a longo prazo, de um sistema de saúde no país sustentável e de qualidade para toda a população.

Em termos de execução, registaram-se os mesmos níveis de execução nas despesas de funcionamento e investimento interno e uma redução em 14pp na despesa de investimento externo.

4.1.2 Execução Orçamental do Sector de Saúde por Província (2019-2021)

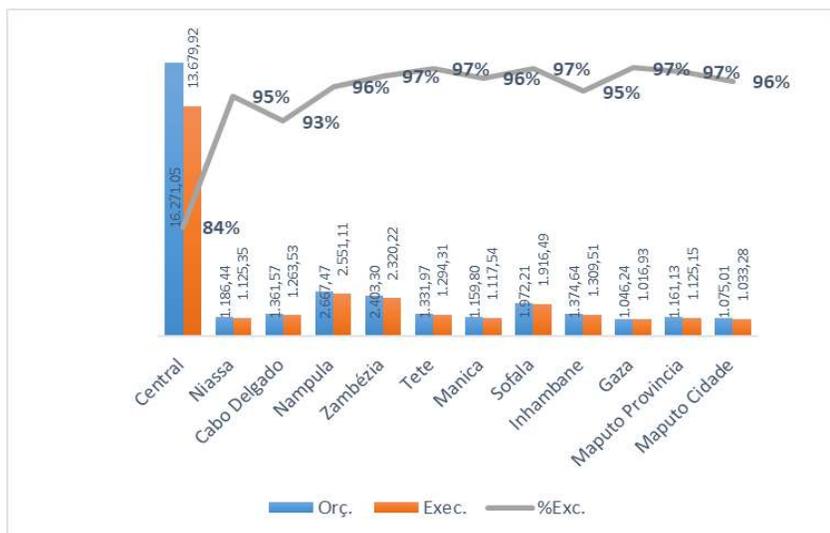
De 2019 para 2021, o orçamento do sector da saúde registou um crescimento de 32%, passado de 27.742 milhões de MT para 36.482 milhões de MT. Entre 2019 e 2020, o aumento orçamental foi de cerca de 25%. Os aumentos orçamentais do sector da saúde derivam, em grande medida, do aumento da necessidade de alocação de fundos para fazer face à pandemia da Covid-19 cujos

efeitos começaram a fazer-se sentir a partir de 2020. Em termos de nível de execução, de 2019 para 2021 a execução cresceu em 35% e de 2019 para 2020 em 32%.

Entre os anos de 2019 a 2021, cerca de 49% do orçamento do sector da saúde foi alocado a nível central e os restantes 51% alocados a nível provincial (incluído os distritos). De forma geral, os dados mostram que, em média, nos três anos analisados, em termos de distribuição por província, a província de Nampula absorveu a maior percentagem, 8% do total do orçamento para o sector da saúde, seguida pela província da Zambézia com 7% e Sofala e com 6%. A lógica de distribuição do orçamento parece seguir o número da população por província, isto é, quanto maior a população maior a alocação orçamental para a província.

Em termos de execução, as províncias situaram-se, de forma geral, em 96% no período analisado. Este nível é 11pp acima do nível de execução central, de 84%, que absorve o maior orçamento do sector da saúde. Este dado mostra que, apesar da centralização do orçamento, o desempenho do nível central, em termos de execução é muito abaixo do desempenho provincial (ver gráfico 2 abaixo). O facto do orçamento das províncias ser na sua maioria para a despesa de funcionamento pode ser o motivo deste nível de execução (ver gráfico abaixo).

Gráfico 5: Orçamento médio por província (2019-2021) - milhões de meticals



Fonte: CGE, 2021

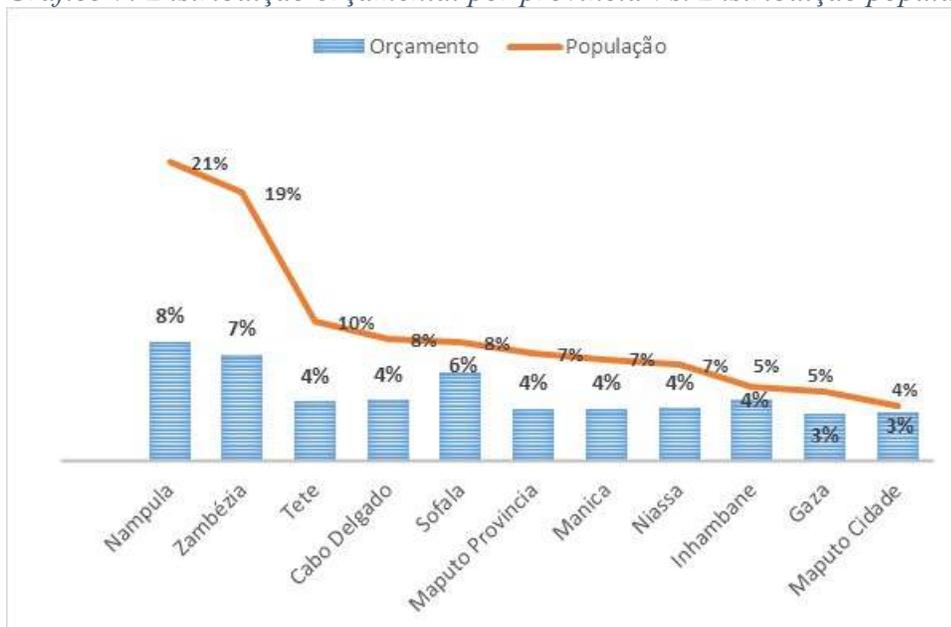
Gráfico 6: Composição do Orçamento do Sector da Saúde alocado às províncias



Fonte: CGE 2021

De forma geral, a lógica de distribuição do orçamento mostra que as províncias mais populosas do país são as que absorveram o maior bolo orçamental. No entanto, olhando para a província de Tete, a terceira mais populosa, com 10% da população do país, e comparando com a província de Inhambane, a 9ª mais populosa com 5% da população do país, isto é metade da população de Tete, podemos observar que as mesmas recebem a mesma percentagem do orçamento total, o que levanta questionamento sobre a lógica da atribuição orçamental pelo número da população por província. (ver gráfico abaixo)

Gráfico 7: Distribuição orçamental por província Vs. Distribuição populacional por província



Fonte: CGE 2021 e Anuário estatístico 2020

Considerando estes dados, é questionável a lógica de distribuição orçamental e a priorização do orçamento a nível central e entre as províncias. Por exemplo, os dados sobre Infra-estruturas das unidades sanitárias do Serviço Nacional de Saúde, entre 2016 – 2020 (INE, 2020), mostram que a província de Inhambane possui maior número de unidades que a província de Tete, que possui o dobro da população de Inhambane (ver tabela abaixo).

Tabela 6: Total de Unidades Sanitárias por província (2016-2020)

Descrição/ Description	Ano/ Year	Região/Region											
		Moçambique	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo Prov.	Maputo Cidade
"Total de unidades sanitárias/Total health units"													
	2016	1 595	171	123	220	248	131	117	157	133	145	112	38
	2017	1 638	176	124	238	253	133	119	158	137	145	117	38
	2018	1 652	181	128	227	259	135	118	159	141	146	120	38
	2019	1 674	181	129	233	263	135	121	164	142	148	120	38
	2020	1 739	189	131	244	272	142	126	174	147	152	124	38

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2020

4.1.3 Evolução Qualitativa dos Indicadores do Sector de Saúde e das Infra-Estruturas no PQG (2020-2024)

4.1.3.1 Principais indicadores para o sector de saúde

Para o ano de 2021, o Governo previu para o sector da saúde 4 grandes indicadores (PES, 2021) e no Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) de 2021 mostra que apesar de todas as metas anuais não terem sido cumpridas a 100%, os desvios de 3 indicadores são relativamente baixos, variando de 1 a 7pp de desvio. No entanto, em relação ao indicador relativo ao número de crianças beneficiárias do tratamento antirretroviral (TARV) o desvio de 27pp é relativamente grande (ver tabela baixo).

No que respeita ao cumprimento do PQG (2020-2024) todas as metas mostram alguma preocupação considerando que faltam 2 anos para o término do actual mandato. A preocupação resulta do facto de nos últimos anos existir uma tendência natural de desvios dos planos e orçamentos para o cumprimento de agendas políticas que garantam a reeleição⁷. Se olharmos, por

⁷Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros <https://www.redalyc.org/journal/3515/351558326008/html/>

exemplo, para o PQG (2020-2024) que prevê que até 2024 o governo irá garantir que anualmente 91% de partos serão realizados de forma institucional para reduzir a morbilidade⁸, partido de uma base de realização de 87% em 2019, pode-se verificar que, passados 2 anos do mandado do actual governo, esta meta aumentou apenas em 1,45pp, de uma previsão de um aumento de 1pp por ano. Isto mostra um nível de incumprimento de 0,55pp. Esta situação pode ser verificada para quase todos os indicadores.

Tabela 7: Desempenho dos indicadores do sector da saúde

Áreas	Indicadores	PQG (2020-2024)		PES 2021		
		Base 2019	Meta 2024	Plano 2021	Realização Anual	Grau de Realização %
Saúde	% de crianças menores de 5 cinco anos completamente vacinadas	87%	96.0%	95% (1.020.144/1.073.836)	92% (987.035)	97%
	% de partos institucionais para a redução da morbimortalidade	87%	91%	89.9% (1,234,831/1,387,451)	1,227,156	99%
	Nº de crianças beneficiárias do TARV	95,080	141154	135,805	99,002	73%
	Rácio de densidade dos profissionais de regime especial de saúde nacionais e estrangeiros por 100.000 habitantes	113.3 (2018)	170.5	130.7	122.2	93%

Fonte: BdPES, 2021

4.1.3.2 Infra-estruturas do sector de saúde

Em relação às infra-estruturas do sector de saúde, segundo o PQG (2020-2024) durante o quinquénio serão cumpridos os seguintes indicadores: i) Concluir a construção e apetrechar os Hospitais Gerais (Beira em Sofala e Nampula em Nampula); ii) Concluir a construção e apetrechar os Hospitais Provinciais (Lichinga e Maxixe); e c) Construir e apetrechar 30 Hospitais Distritais. No BdPES 2021 foram definidas 6 acções das quais apenas 2 fazem parte do PQG (2020-2024). Das acções definidas, três (3) foram cumpridas a 100% e uma cumprida a 67%. No entanto, curiosamente, das acções definidas as que tiveram alguma execução, são as novas, isto é, as que não constam do PQG (2020-2024). Ver detalhes na tabela 8, abaixo.

⁸ **Morbidade** - Taxa de indivíduos portadores de determinada doença dentro de um grupo específico, a partir de certo período de análise.

Neste sentido, as informações dos indicadores de infra-estruturas constantes do BdPES de 2021 mostram que as acções que o governo implementou não são as que haviam sido programadas para o quinquénio o que compromete o cumprimento do PQG (2020-2021). Considerando que as acções implementadas são as prioritárias, há necessidade de se rever os documentos de planificação para o seu alinhamento podendo, deste modo, possibilitar a monitoria por parte de todos os interessados.

Tabela 8: Desempenho dos indicadores de infra-estruturas do sector da saúde

Nº de Ordem	Acção	Meta (2020-2024)	Meta Annual (2021)	Realização da Meta Annual	% da Realização da Meta Annual
1	Concluir a construção de Hospitais Distritais (HDs)	30	2	0	0%
2	Concluir a reabilitação e ampliação de Hospitais Distritais (HDs)	0	4	0	0%
3	Concluir a construção de Hospitais Gerais (HGs)	2	3	0	0%
4	Prosseguir a ampliação/reabilitação de Hospitais Provinciais (HPs)	2	1	0	0%
5	Iniciar a requalificação de Hospitais Distritais	0	1	1	100%
6	Concluir a construção dos Hospitais Provinciais (HP)	0	2	0	0%
7	Iniciar a construção de Hospital Distrital (HD)	0	1	1	100%
8	Iniciar e concluir a construção dos Armazéns Intermediários de Medicamentos e Central de Medicamentos em extensão, nas Províncias	0	3	2	67%
9	Realizar a manutenção de infraestruturas sanitárias do nível III	0	7	7	100%

Fonte: BdPES, 2021

4.2 Análise do Sector de Água e Saneamento na CGE de 2021

Em termos gerais não existe uma indicação detalhada ou específica na CGE 2021 que possibilite aferir o orçamento global do sector de água e saneamento. No entanto, é possível, ao longo do documento, encontrar algumas informações relativas ao desempenho do sector de forma separada, mas com algumas diferenças.

4.2.1 Execução Orçamental do Sector de Água e Saneamento em 2021

Da tabela 23 da CGE, que apresenta as despesas dos compromissos sectoriais e restantes sectores para 2021 (CGE, volume 1, pág. 47), é possível visualizar que para o sector de água foi alocado

um orçamento inicial de 2.598,7 milhões de MT, que passou para 3.915,2 milhões de MT após as actualizações efectuadas pelo MEF. (ver tabela abaixo)

A execução final situou-se em 3.090 milhões de MT, representando um nível de realização de 78,9% em relação ao orçamento actualizado, e correspondendo a um crescimento na realização em 23,7pp, em relação ao nível de execução alcançado em 2020. Este nível de execução se comparado com o ano de 2020 mostra a manutenção no desempenho, considerando que o nível de execução de 2020, de cerca de 3.048,2 milhões de MT, é quase igual ao alcançado em 2021.

Tabela 9: Despesas dos Compromissos Sectoriais 2020-2021 (em milhões de MT)

Sector	Ano 2020				Ano 2021				Variação 2020/21 (%) a/			
	Orçamento		Realização		Orçamento		Realização					
	Annual	Jan-Dez	Taxa Realiz	Taxa Realiz	Inicial	Actual	Jan-Dez	Realiz				
	Valor	Valor	Peso	(%)	Valor	Peso	Valor	Peso				
Total Dos Compromissos	118,925.0	109,319.8	39.3	91.9	128,139.9	44.7	127,905.1	41.6	114,084.8	39.5	89.2	-55.2
Sectores Estruturantes												
Recursos Minerais e Energia	3,856.2	3,746.3	1.3	97.2	3,643.7	1.3	2,634.4	0.9	2,149.3	0.7	81.6	-45.6
Estradas	13,883.0	12,299.1	4.4	88.6	22,174.9	7.7	16,320.3	5.3	15,969.5	5.5	97.9	28.8
Aguas	5,526.9	3,048.2	1.1	55.2	2,598.7	0.9	3,915.2	1.3	3,090.0	1.1	78.9	8.1
Obras Publicas	7,429.6	6,680.5	2.4	89.9	4,146.7	1.4	6,945.8	2.3	5,827.1	2.0	83.9	-9.9
Transportes e Comunicações	2,660.2	2,534.5	0.9	95.3	14,375.0	5.0	3,478.6	1.1	2,926.0	1.0	84.1	10.0
Total dos Sectores Estruturantes	33,356.0	28,308.6	10.2	84.9	46,939.0	16.4	33,294.2	10.8	29,961.8	10.4	90.0	5.9

Fonte: CGE, 2021

Em relação ao sector de saneamento, segundo a tabela resumo da despesa, segundo a classificação funcional⁹, em comparação com a dotação orçamental no âmbito central, provincial, distrital e autárquico, foi alocado, em 2021, o valor de 989 milhões de MT e a execução foi de 601 milhões de MT, o que corresponde a 60,8%. Este nível de execução pode ser considerado baixo, tendo em conta as necessidades que o país tem em termos de saneamento. (ver tabela abaixo)

⁹ Classificação da despesa segundo as estruturas de funções e subfunções, que indicam as áreas de actuação do governo, como saúde, educação, transporte, entre outras.

Tabela 10: Despesas dos Compromissos Sectoriais 2020-2021 (em milhões de MT)

PERÍODO: 01-01-2021 a 31-12-2021

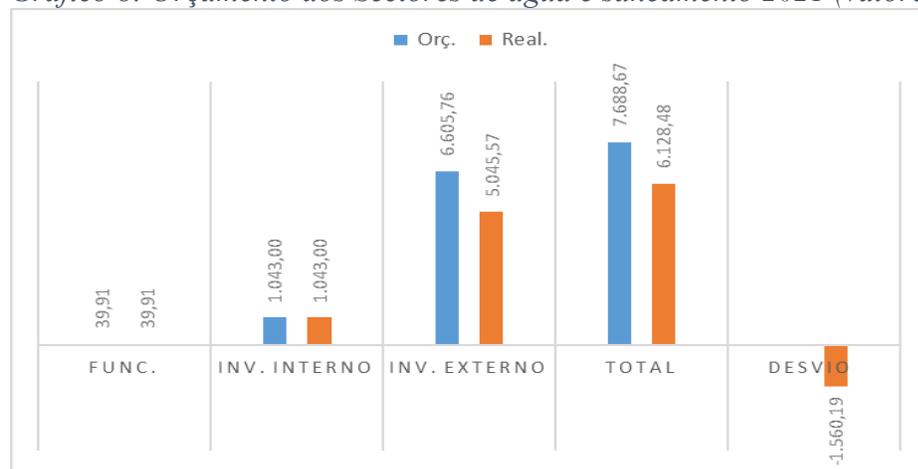
Cód.	Função	Despesa de Funcionamento		Despesa de Investimento									Operações Financeiras			Despesa Total		
				Interno			Externo			Total								
				Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.	Dotação Actual	Realização	Taxa de Realiz.						
05	Proteção Ambiental	864.969	864.969	100,0%	1.284.484	1.284.484	100,0%	4.051.888	3.306.834	81,6%	5.336.372	4.581.319	86,0%	0	0	6.201.341	5.456.288	88,0%
05221	SANEAMENTO URBANO	540	540	100,0%				988.571	600.877	60,8%	988.571	600.877	60,8%			989.111	601.417	60,8%

Fonte: CGE, 2021

Neste sentido, se somarmos os valores da água e do saneamento poderíamos concluir que em 2021 foi alocado ao sector de água e saneamento o valor de 4.904,2 milhões de MT e um nível de execução de 75%, correspondente ao valor de 3.691 milhões de MT. O desvio negativo na execução, em 25%, pode ser considerado significativo tendo em conta a importância deste sector para o desenvolvimento humano.

Considerando, apenas, os dados da tabela resumo da despesa, segundo a classificação funcional, em comparação com a dotação orçamental no âmbito central, provincial, distrital e autárquico para os dois sectores, verifica-se o seguinte: i) o orçamento apresentado nesta tabela difere do orçamento apresentado no parágrafo anterior, obtido pela soma dos dois orçamentos, considerando a tabela dos compromissos sociais em cerca de 3.327,67 milhões de MT; ii) 0,5% constitui orçamento de funcionamento, 13,6% investimento interno e 85,9% investimento externo; e, (iii) o desvio da execução total em 2021 foi de 25%.

Gráfico 8: Orçamento dos Sectores de água e saneamento 2021 (valores em milhões de MT)¹⁰



Fonte: CGE 2021

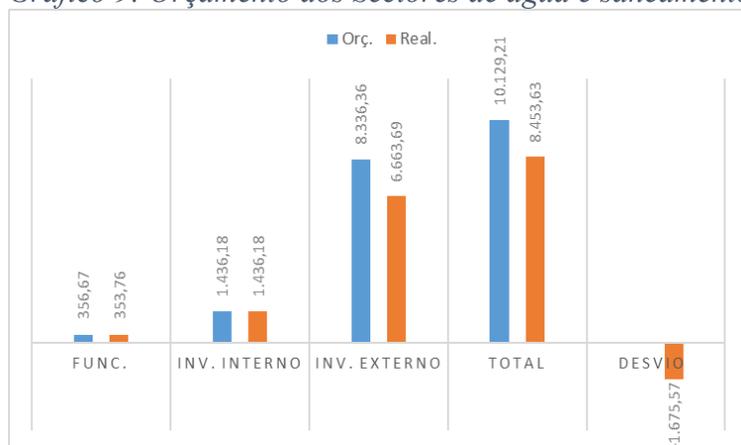
¹⁰ Segundo a tabela resumo da despesa segundo a classificação funcional, em comparação com a dotação orçamental no âmbito central, provincial, distrital e autárquico

Os dados detalhados da execução orçamental do sector de água e saneamento, do Volume II da CGE 2021, mostram que o orçamento apresentado nesta tabela difere dos orçamentos apresentados nas outras tabelas resumo de despesas. Neste caso entende-se que estejam inclusos orçamentos de outros sectores e não apenas da água e saneamento como são os casos das Direcções de Obras Públicas. É de observar nestes dados que 4% dos recursos constituem orçamento de funcionamento, 14% investimento interno e 72% investimento externo e que o desvio da execução total em 2021 foi de 17%.

Importa referir que o Volume II da CGE 2021 desagrega da informação do sector de água e saneamento da seguinte maneira:

- i)* Para o nível central - a execução do Ministério das Obras Públicas e Habitação e Recursos Hídricos, da Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento, da Administração Regional das Águas do Sul, do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, da Autoridade Reguladora de Águas, da Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento e da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos; e
- ii)* Para o nível provincial – a execução das Direcções Provinciais das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, das Administrações Regionais das Águas do Norte, do Centro Norte, do Centro e, da Administração Regional das Águas do Zambeze.

Gráfico 9: Orçamento dos Sectores de água e saneamento 2021 (valores em milhões de MT)¹¹



Fonte: CGE 2021

Considerando esta disparidade de informações é crucial a apresentação de informações mais claras e precisas na CGE. Vale recordar que o princípio geral da elaboração da CGE determina que a mesma deve ser clara, exacta e simples de modo a ser fiável para uma análise económica e financeira. Para a presente análise, é considerado o valor compilado com base no volume II da CGE de 2021 por possibilitar uma análise mais detalhadas dos dados comparativamente as outras duas.

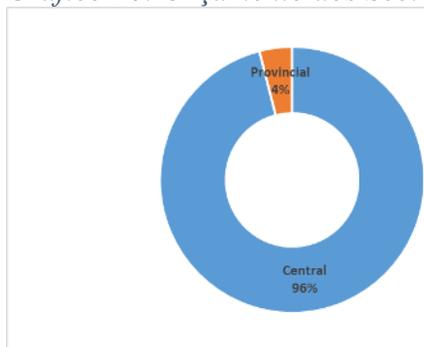
4.2.2 Execução orçamental do Sector de Água e Saneamento por província (2019-2021)

De 2019 para 2021, o orçamento alocado para o sector de água e saneamento reduziu em 42%, tendo passado de 17.569 milhões de MT para 10.129 milhões de MT. De 2019 para 2020, o orçamento reduziu em 39%. Estas reduções são produto da redução do investimento externo neste sector, que representa o maior peso do orçamento. Em termos de execução, de 2019 para 2020 a execução reduziu em 26% e de 2019 para 2021 em 37%.

Considerando os dados do Volume II da CGE de 2021 pode-se observar que, em termos médios, entre 2019 e 2021, cerca de 96% do orçamento do sector de água e saneamento foi alocado a nível central e apenas 4% a nível provincial (ver gráfico abaixo).

¹¹ Compilação com base nos dados do Volume II da CGE 2021

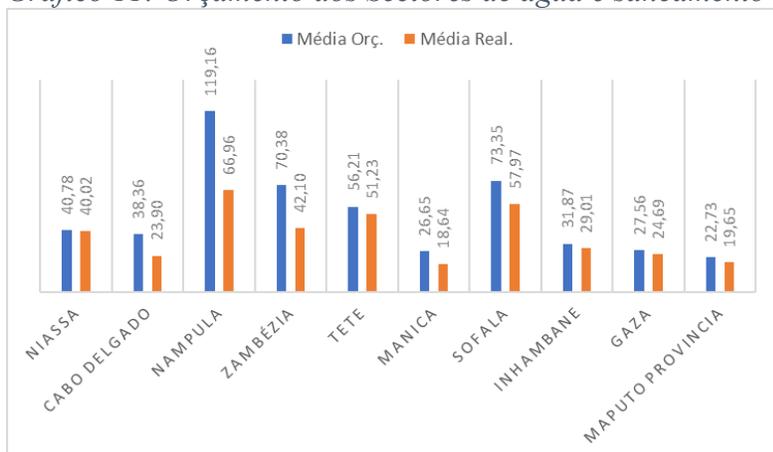
Gráfico 10: Orçamento dos Sectores de água e saneamento 2021



Fonte: CGE 2021

Do orçamento alocado a nível provincial, Nampula absorve o maior orçamento, com 24%, seguido das províncias da Zambézia e Sofala com 14%. A província de Maputo absorve o menor orçamento do sector, com 4% do total.

Gráfico 11: Orçamento dos Sectores de água e saneamento 2021



Fonte: CGE 2021

Em termos de execução, a província com o maior desempenho médio na execução orçamental é Niassa com 98%, seguida de Tete e Inhambane, ambas com níveis de execução de 91%. Curiosamente, a província com o menor desempenho médio é Nampula, a que absorve o maior bolo orçamental. Isto pode indicar algumas fragilidades na capacidade de executar grandes orçamentos por parte das províncias havendo necessidade de capacitá-las neste aspecto, principalmente em relação ao orçamento de investimento, que geralmente é o que apresenta menor nível de execução.

4.2.3 Evolução qualitativa das infra-estruturas e indicadores do sector de água e saneamento no PQG (2020-2024)

O sector de obras públicas e habitação, no qual as principais acções do sector de água e saneamento se encontram enquadradas, responde ao alcance da prioridade 2 do PQG - impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a geração de emprego, no objectivo estratégico 10 do PQG- promover o desenvolvimento de infra-estruturas económicas, sociais e de administração.

4.2.3.1 Principais indicadores do sector de água e saneamento

Para 2021 foram definidas 4 metas principais das quais apenas o aumento da percentagem da população vivendo nas zonas urbanas com fontes de água segura foi realizada a 100%. No entanto, ainda continua distante do alcance da meta de 90% de cobertura definida para o quinquénio. Cenário igualmente preocupante quanto ao alcance das metas do quinquénio pode ser observado nos indicadores referentes à percentagem da população vivendo nas zonas rurais com saneamento adequado. O plano para 2021 era de aumentar de 32% para 38%. No entanto, a realização manteve-se nos 32%, comprometendo significativamente a meta de 55% de cobertura até 2024.

De notar que o PQG coloca mais ênfase nas zonas urbanas, numa clara negligência às zonas rurais onde prevalecem práticas de fecalismo a céu aberto devido à falta de sistemas adequados de latrinas melhoradas.

Tabela 11: Desempenho dos indicadores do sector da saúde

Indicadores	Base (2019)	Meta (2024)	Plano 2021	Realização Anual	Grau de Realização % Anual
% da população vivendo nas zonas rurais com fontes de água segura	52%	70%	60%	52%	87%
% da população vivendo nas zonas urbanas com fontes de água segura	83%	90%	83%	83%	100%
% da população vivendo nas zonas rurais que usa serviços de saneamento adequados	32%	55%	38%	32%	84%
% da população vivendo nas zonas urbanas que usa serviços de saneamento adequados	56%	80%	64%	60%	94%

Fonte: BdPES, 2021

4.2.3.2 Infra-estruturas do sector de água e saneamento

Em relação às infra-estruturas do sector de água e saneamento, foi planificado que durante o quinquénio serão cumpridos dezoito (18) indicadores, conforme indicado na coluna 3 da tabela

abaixo. No BdPES 2021, foram definidas vinte (20) metas das quais seis (6) não constam do PQG (2020-2024). Das acções definidas no PES de 2021, quatro (4) apresentam um nível de execução de 0%, oito (8) foram cumpridas em 100%, ou mais, e as restantes oito (8) apresentam execução abaixo de 100% (ver tabela abaixo).

Verifica-se neste sector, tal como no sector da saúde, preocupação em relação ao nível de cumprimento do PQG. Segundo o que se pode ver pela tabela abaixo, 72% das acções a serem executadas no presente quinquénio mostram algum atraso, isto é, em média, a realização anual deveria ser de 20% dentro dos cinco (5) anos do PQG. No entanto, os dados da realização mostram que algumas actividades ainda nem iniciaram o que irá criar pressões orçamentais no futuro para o cumprimento do plano.

Para além do atraso no cumprimento da maioria das actividades, é necessário melhorar o alinhamento dos documentos orçamentais para permitir a sua monitoria em obediência ao estabelecido na lei da elaboração do CGE (clareza, exatidão e simplicidade).

Tabela 12: Desempenho dos indicadores de infra-estruturas do sector da saúde

Nº de Orde	Ação	Meta (2020-2024)	Real. (2020)	Meta Anual (2021)	Real. da Meta 2021	% da Real. Meta Anual	% da Real. PQG
1	Elaborar Projectos Executivos	-	4	6	-	0%	
2	Elaborar projectos executivos de abastecimento de água	-	-	10	4	40%	
3	Elaborar Projectos Executivos de saneamento e drenagem	-	-	7	1	14%	
4	Realizar campanhas de sensibilização sobre boas práticas de saneamento e higiene nas zonas peri-urbanas, urbanas e rurais	-	3.263	2.834	4.299	152%	
5	Realizar estudos de gestão e desenvolvimento de infraestruturas hidráulicas (Estratégia de Pequenas Barragens e Reservatórios Escavados)	-	-	1	-	0%	
6	Realizar obras de construção e reabilitação de barragens e represas/ reservatórios escavados	-	23	4	2	50%	
7	Zonas Rurais - Construir e reabilitar fontes de água	14.481	975	1.366	2.538	186%	24%
8	Zonas rurais - Construir sistemas de abastecimento de água	360	10	24	11	46%	6%
9	Zonas Rurais - Estabelecer novas ligações	25.000	-	-	-	-	0%
10	Zonas Rurais - Promover a construção de fossas sépticas	181.750	24.222	23.150	14.453	62%	21%
11	Zonas Rurais - Promover a construção de latrinas melhoradas	689.100	167.543	63.030	60.214	96%	33%
1	Zonas Rurais - Construir blocos sanitários inclusivos nas escolas	1.700	368	340	365	107%	43%
2	Zonas Urbanas - Construir Estações de Tratamento de Águas Residuais e Lamas Fecais	3	-	2	-	0%	0%
3	Zonas Urbanas - Construir fontanários nas cidades e vilas	200	-	-	-	-	0%
4	Zonas Urbanas - Construir infra-estrutura verde na cidade da Beira	1	1	1	1	100%	200%
5	Zonas Urbanas - Construir sanitários públicos nas vilas	16	-	-	-	-	0%
6	Zonas Urbanas - Construir sistemas de saneamento e drenagem	2	-	2	-	0%	0%
7	Zonas Urbanas - Estabelecer ligações domiciliárias nas cidades e Vilas	107.910	38.677	23.288	67.626	290%	99%
8	Zonas Urbanas - Estabelecer/modernizar ligações a rede de esgotos e ligações condominiais	19.065	77	160	179	112%	1%
9	Zonas Urbanas - Expandir e reabilitar redes de distribuição de água	660	210	275	143	52%	54%
10	Zonas Urbanas - Promover a construção de fossas sépticas	128.560	14.812	24.512	25.764	105%	32%
11	Zonas Urbanas - Promover a construção de latrinas melhoradas	190.360	44.601	36.126	36.295	100%	42%
12	Zonas Urbanas - Reabilitar, expandir e construir sistemas de abastecimento de água nas cidades e vilas	32	7	15	4	27%	34%
26	Zonas Urbanas - Reduzir perdas de água nos sistemas de abastecimento de águas	35%	-	-	-	-	0%
Contagem		18	15	20	16	16	12

Fonte: BdPES, 2021, PES 2021 e PQG 2020-2024

5. Análise da Componente de Género nos Sectores de Saúde, Água e Saneamento no Período de 2019 a 2021

O sector da saúde não mostra dados dos beneficiários desagregados por género, seja no PGG, CGE e BdPES conforme já foi referenciado em outras análises¹², o que dificulta qualquer análise que se pretenda fazer sobre os orçamentos atribuídos bem como o nível de realização por género. Em relação ao sector de água e saneamento, é possível verificar, através do PES, as previsões de benefícios baseadas no género. As acções apresentam uma desagregação de benefícios esperados para as mulheres, que se mostram maiores em 11% comparativamente aos homens. No entanto, em termos de realização, o BdPES não apresenta essa desagregação o que não irá permitir, no final, ter informações de realização para o género tanto em número de pessoas beneficiadas como em orçamento gasto.

6. Conclusão e Recomendações

Conclui-se que apesar do cenário adverso as principais variáveis de finanças públicas registaram no global um desempenho positivo.

Em relação as Receitas Públicas, o nível de arrecadação superou o planeado em 0,1pp. Porém, em termos de detalhe chama atenção a taxa de combustível, que registou um nível de arrecadação muito baixo tendo em conta o volume de importação de combustíveis em 2021 e a receita de alienação do património do Estado, que teve a realização de apenas 1,3%, muito abaixo dos 12,4 mil milhões esperados.

Em termos de Despesas Públicas constata-se que a racionalização das despesas teve efeito apenas do lado das Despesas de Investimento, o que indica baixa apetência do Governo em realizar cortes nas despesas não produtivas. Por outro lado, constata-se a negligência na execução de despesas no nível provincial, com um grau de execução de 39,4%, mais baixa que a do ano anterior.

Sobre as Dívida Pública, a CGE-2021 mostra que se registou uma redução do *stock* em 5,8% como resultado da redução do *stock* da dívida externa, após anos de crescimentos consecutivos. A redução do *stock* da dívida externa em 11,5% é vista como resultado da reconciliação de *stocks* com os credores externos no quadro do trabalho em curso de limpeza e migração de base de dados

¹² <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/Ana%CC%81lise-da-CGE2020-final-Revisto.pdf>

da dívida do CS-DRMS para o Meridiam, mas, destaca-se o aumento da dívida interna, em 15,5%, com impacto negativo na disponibilização de recursos para o sector privado.

Em relação ao sector de saúde, o OE de 2021 previa um crescimento em 5%. Entretanto registou-se um crescimento de 7,27%, representado um desempenho positivo em relação a previsão em 2,27pp. Os valores dos mapas do Volume 2 da CGE de 2021 mostraram que, em 2021, o orçamento atribuído ao sector foi executado em 90%, o que pode ser considerado positivo. No entanto, prevalecem, na conta, divergências de valores orçamentais para o mesmo sector o que deve ser clarificado.

Quantos aos orçamentos atribuídos às províncias para o sector de saúde, verifica-se que, entre os anos de 2019 a 2021, 49% foi alocado a nível central e os restantes 51% a nível provincial, sendo a província de Nampula a maior beneficiária. No entanto, é preciso salientar que, mais de 84% deste orçamento é destinado à despesa não produtiva, isto é, funcionamento.

Em relação ao sector de água e saneamento, as conclusões não se diferem muito das observadas no sector de saúde, destacando-se apenas o facto de não existir uma separação clara que permita uma análise mais precisa em relação as dotações orçamentais atribuídas para este sector, estando agregadas no sector de obras públicas e recursos hídricos.

A evolução dos principais indicadores do PQG (2020-2024) mostra, para ambos os sectores analisados, grandes preocupações para o alcance das metas definidas, o que inclui, na execução dos PES, a inclusão de actividades que não se encontram definidas no PQG, sem nenhuma explicação sobre a sua inclusão.

Os impactos da COVID- 19 nos sectores da saúde e água e saneamento, nos moldes em que a CGE é apresentada, não permitem ver detalhes sobre as realizações dos fundos disponibilizados para atender à questão da COVID-19 nestes sectores.

Neste sentido, é de se **recomendar** o seguinte:

1. Correção dos níveis de realização da receita do Estado de 2020, apresentado na CGE-2021, que não corresponde à realidade, ao invés dos 95,6% apresentados, deveriam ser 109,8%;

2. Maior cautela na contração da dívida interna através de Bilhetes do Tesouro cujo impacto afecta negativamente a disponibilização de recursos para o sector privado;
3. Apresentação na CGE de informação sobre a sustentabilidade da dívida e não se limitar a apresentar as cifras da dívida em percentagem do PIB;
4. Maior atenção aos orçamentos atribuídos a nível provincial, uma vez que a CGE tem mostrado que as províncias têm sido negligenciadas em termos de investimento, tanto na alocação como na execução;
5. Necessidade de apresentação de orçamentos separados para o sector de água e saneamento;
6. Justificar os baixos nível de execução;
7. Justificar a introdução de acções não previstas no PQG e os níveis de desempenho
8. Melhorar o alinhamento dos documentos orçamentais para permitir a sua monitoria em obediência ao estabelecido na lei da elaboração do CGE (clareza, exatidão e simplicidade);
9. Atenção aos indicadores do PQG que mostram atrasos e probabilidades fortes de incumprimento da maioria das actividades;
10. Necessidade de apresentação dos aspectos de género com algum detalhe nos documentos orçamentais para permitir a sua análise e monitoria; e
11. Conduzir uma avaliação de médio termo sobre a implementação do PQG.

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva do projecto não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia

O texto é da responsabilidade do CIP

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Membros do FMO

